

# Associação diz que Conselho é incapaz

Apesar de concordar que as mensalidades escolares só podem ser fixadas a partir da análise de planilhas de custos, o Presidente da Associação de Pais e Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj), Jorge Esch, acredita que se o Governo autorizar, através de portaria, aumentos nas mensalidades das escolas particulares do Município do Rio não resolverá o conflito que vem envolvendo pais de alunos e donos de colégios. Segundo ele, o Conselho Estadual de Educação (CEE) — a quem caberia examinar os pedidos de aumentos — tem se mostrado incapaz de cuidar do assunto e a prova disto é que centenas de processos sobre reajustes considerados abusivos esperam análise do órgão há quase dois anos.

— A Apaerj sempre defendeu a necessidade de se analisar as planilhas de custos, só que isto nunca foi feito pelo Conselho Estadual de Educação — disse Jorge Esch, lembrando que uma publicação feita pelo órgão no Diário Oficial apresentou números incorretos porque levou em conta

apenas os valores informados pelas escolas, sem a devida comprovação.

A Apaerj encaminha hoje documento ao Procurador Hêlio Gama, responsável pela Equipe de Proteção ao Consumidor da Procuradoria Geral de Justiça, pedindo que seja anulada a publicação e que as mensalidades escolares fiquem congeladas até o próximo mês. Segundo Jorge Esch, a Associação espera que nesse período o CEE aprove uma planilha padronizada, que obrigue as escolas a apresentarem os lucros relativos à exploração de cantinas, venda de uniformes e manutenção de ônibus escolares, informações que hoje são omitidas.

— O Conselho Estadual de Educação é que deve encaminhar realmente esse assunto. Se ele tem funcionado a contento ou não, é outra questão, mas não há dúvidas de que ele deve definir os parâmetros para os reajustes — afirmou o Presidente do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro, Gilson Puppim.